



# Sumário

1	INSOLVÊNCIA.....	1
1	O risco de empreender .....	1
2	Obrigação e solução .....	2
3	Princípio geral da solvabilidade jurídica.....	4
4	Processo coletivo .....	6
5	Histórico .....	8
2	INSOLVÊNCIA EMPRESÁRIA .....	12
1	Regime jurídico para a insolvência empresarial.....	12
2	Câmaras ou prestadoras de serviços de compensação e de liquidação financeira.....	13
3	Competência para processamento.....	15
4	Participação do Ministério Público.....	17
5	Regência supletiva .....	18
3	DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA .....	20
1	Obrigações exigíveis na recuperação judicial ou na falência .....	20
1.1	Obrigações a título gratuito .....	21
1.2	Despesas .....	23
1.3	Pensões alimentícias .....	24
2	Suspensão da prescrição.....	25

3	Suspensão de ações e execuções .....	26
3.1	Demandas por quantias ilíquidas .....	28
3.2	Reserva de valores .....	30
3.3	Ações sem efeitos patrimoniais econômicos .....	31
3.4	Ações ainda não ajuizadas .....	31
3.5	Relações jurídicas posteriores.....	33
4	Atos sobre bens do estabelecimento empresarial .....	33
5	Relações jurídicas excepcionais .....	35
6	Execuções fiscais .....	37
7	Jurisdição concursal.....	38
8	Pretensões sobre terceiros: responsabilidade civil e desconsideração da personalidade jurídica .....	39
4	ADMINISTRADOR JUDICIAL .....	41
1	Efetivação de atos.....	41
2	Idoneidade.....	42
3	Preferência por advogado, economista, administrador de empresas ou contador.....	43
4	Pessoa jurídica .....	44
5	Posse, substituição, destituição e responsabilidade.....	45
6	Competência .....	47
6.1	Competência comum à falência e recuperação judicial .....	47
6.2	Competência específica à recuperação judicial .....	50
6.3	Competência específica à falência .....	53
7	Remuneração .....	62
5	MANIFESTAÇÃO E REPRESENTAÇÃO DOS CREDORES .....	65
1	Credores no juízo universal .....	65
2	Assembleia geral de credores.....	66
2.1	Convocação e instalação.....	68
2.2	Participação e assistência .....	69
2.3	Direito de voto .....	70
2.4	Composição .....	74
2.5	Substituição por adesão documental .....	76
3	Credores minoritários, majoritários e controladores.....	76
4	Comitê de credores.....	78
4.1	Atribuições comuns à recuperação judicial e à falência.....	80

4.2	Atribuições específicas à recuperação judicial .....	82
5	Disposições comuns ao administrador judicial e ao comitê de credores .....	84
6	Aceitação de terceiros interessados .....	85
6	VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS .....	88
1	Verificação de créditos .....	88
2	Habilitação de créditos .....	89
3	Impugnação das habilitações .....	92
3.1	Processamento .....	94
3.2	Recurso .....	97
3.3	Habilitações tardias .....	98
4	Incidente de classificação de crédito público .....	101
5	Quadro geral de credores .....	103
6	Retificação do quadro geral de credores .....	105
7	INTRODUÇÃO À RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS .....	109
1	Preservação da empresa .....	109
2	Possibilidade jurídica .....	110
3	Legitimidade jurídica .....	115
3.1	Legitimidade passiva: créditos e credores alcançados .....	115
3.2	Exceções .....	120
4	Conciliações e mediações antecedentes ou incidentais .....	124
8	PEDIDO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL DE EMPRESAS .....	126
1	Petição inicial .....	126
1.1	Exposição das causas concretas da situação patrimonial do devedor e das razões da crise econômico-financeira .....	128
1.2	Demonstrações contábeis .....	128
1.3	Relação nominal de credores .....	130
1.4	Documentos do registro no comércio .....	131
1.5	Relação dos bens particulares dos sócios controladores e dos administradores do devedor .....	132
1.6	Certidões dos cartórios de protestos .....	133
2	Processamento do pedido .....	134
2.1	Constatação prévia .....	138
3	Da consolidação processual e da consolidação substancial .....	139

9	PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL E SEU PROCESSAMENTO ....	142
1	Apresentação do plano de recuperação judicial .....	142
2	Meios de recuperação judicial da empresa .....	143
2.1	Vedações: proteção a trabalhadores e pensionistas.....	148
3	Procedimento de recuperação judicial.....	150
4	Assembleia geral deliberativa sobre o plano de recuperação .....	152
4.1	Deliberação e votação .....	154
4.2	Resultados da deliberação .....	157
5	Microempresas e empresas de pequeno porte.....	159
10	REGIME DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL.....	163
1	Efeitos da recuperação judicial .....	163
2	Alienação de estabelecimentos .....	167
2.1	Desoneração dos ativos alienados judicialmente .....	168
3	Duração da recuperação judicial.....	170
4	Condução da atividade empresária .....	171
4.1	Condenação penal transitada em julgado.....	174
4.2	Indícios veementes de crime previsto na Lei 11.101/2005....	174
4.3	Dolo, simulação ou fraude.....	175
4.4	Comportamento incompatível .....	177
4.4.1	Gastos pessoais manifestamente excessivos .....	177
4.4.2	Despesas injustificáveis.....	179
4.4.3	Descapitalização injustificada da empresa .....	181
4.4.4	Simulação ou omissão de créditos.....	182
4.5	Negativa de informações .....	183
4.6	Previsão no plano recuperatório .....	183
5	Gestor judicial.....	184
6	Convolação da recuperação judicial em falência.....	186
7	Financiamento do devedor .....	188
8	Sentença de encerramento .....	190
11	RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL DA EMPRESA .....	191
1	Extrajudicialidade .....	191
2	Requisitos .....	192
3	Recuperação extrajudicial ordinária .....	194
4	Recuperação extrajudicial extraordinária.....	195

4.1	Plano de recuperação extrajudicial extraordinária .....	196
5	Homologação .....	198
12	INTRODUÇÃO À FALÊNCIA .....	200
1	Disposições gerais .....	200
2	Processo falimentar .....	201
3	Juízo falimentar .....	202
4	Estado falimentar .....	203
4.1	Impontualidade .....	203
4.2	Execução frustrada.....	205
4.3	Atos de falência.....	206
4.3.1	Liquidação precipitada de ativos, pagamento ruinoso ou fraudulento.....	207
4.3.2	Atos para retardar pagamentos ou fraudar credores....	209
4.3.3	Transferência irregular do estabelecimento .....	211
4.3.4	Transferência simulada do estabelecimento .....	212
4.3.5	Dação irregular de garantia real.....	213
4.3.6	Ausência, abandono do estabelecimento ou ocultação...	214
4.3.7	Desrespeito ao plano de recuperação .....	215
13	PRETENSÃO E CONTRAPRETENSÃO FALIMENTAR .....	217
1	Legitimidade para a ação falimentar .....	217
1.1	O próprio devedor.....	218
1.2	Sucessores <i>causa mortis</i> .....	218
1.3	Sócio .....	219
1.4	Credor .....	220
1.5	Liquidante .....	220
2	Jurisdição falimentar voluntária.....	221
3	Jurisdição falimentar contenciosa.....	223
3.1	Extinção em face de pedido recuperatório .....	224
3.2	Depósito elisivo.....	226
3.2.1	Elisão pelo pagamento.....	227
3.2.2	Elisão pela caução .....	228
3.3	Contestação .....	229
4	Revelia.....	232

14	INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....	234
1	Instrução e sentença.....	234
2	Termo legal da falência.....	237
3	Relação nominal de credores .....	239
4	Diligências .....	241
5	Continuação provisória das atividades e lação dos estabelecimentos...	242
6	Falência dos sócios com responsabilidade ilimitada.....	242
7	Falência do espólio .....	243
8	Recursos .....	244
15	EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS PESSOAS .....	245
1	Afastamento da atividade .....	245
1.1	Empresário e administradores .....	246
1.2	Sócios .....	248
2	Inabilitação do falido.....	249
3	Deveres do falido.....	251
4	Não se ausentar .....	253
5	Informações .....	254
6	Auxílio ao administrador judicial.....	256
7	Manifestar-se, quando determinado.....	258
16	EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES...	259
1	Uniformização das obrigações .....	259
2	Contratos .....	262
2.1	Resolutividade contratada.....	263
2.2	Interpelação pela contraparte.....	264
3	Compra e venda .....	266
3.1	Falência do comprador .....	267
3.2	Venda com reserva de domínio.....	268
3.3	Venda a termo de bens cotados em bolsa ou mercado.....	269
4	Locação.....	270
4.1	Locação contratada após a falência.....	272
5	Acordo para compensação e liquidação de obrigações .....	273
6	Mandato .....	273
7	Contas-correntes.....	274

8	Obrigações compensáveis .....	276
9	Concessão de serviço público.....	276
17	ARRECADAÇÃO .....	277
1	Arrecadação, avaliação e custódia de bens e documentos .....	277
2	Arrecadação de bens .....	279
2.1	Participações societárias .....	282
2.2	Relações jurídicas controversas .....	283
3	Arrecadação de documentos.....	285
4	Avaliação .....	287
4.1	Auto de arrecadação, inventário e laudo de avaliação .....	289
5	Custódia de bens e documentos .....	290
5.1	Venda antecipada de bens .....	291
5.2	Aluguel, cessão e outros contratos com bens arrecadados ....	293
18	RESTITUIÇÃO, INEFICÁCIA, REVOGAÇÃO E EMBARGOS.....	295
1	Restituição de bens .....	295
2	Restituição em dinheiro.....	296
3	Ação de restituição .....	297
4	Embargos de terceiro.....	298
5	Ineficácia de atos anteriores à falência .....	299
5.1	Pagamento antecipado de obrigações .....	302
5.2	Pagamento alternativo de obrigações .....	303
5.3	Constituição de direito real de garantia .....	305
5.4	Atos a título gratuito .....	306
5.5	Renúncia à herança ou a legado .....	307
5.6	Trespasse de estabelecimento.....	308
5.7	Registro ou averbação imobiliários após a falência.....	308
5.8	Reembolso de ações .....	309
6	Ação revocatória .....	310
7	Aspectos comuns à ineficácia e à revogação .....	311
19	CRÉDITOS NA FALÊNCIA .....	315
1	Verificação e habilitação .....	315
2	Classificação dos créditos .....	317
2.1	Créditos trabalhistas e acidentários .....	318

2.1.1	Créditos acidentários.....	318
2.2	Créditos com garantia real.....	320
2.3	Créditos tributários.....	321
2.4	Créditos quirografários.....	322
2.5	Multas e penas pecuniárias.....	322
2.6	Créditos subordinados.....	323
2.7	Juros vencidos após a decretação.....	324
2.8	Falido.....	324
3	Créditos extraconcursais.....	325
20	REALIZAÇÃO DO ATIVO, PAGAMENTO DOS CREDORES E ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA.....	327
1	Realização do ativo.....	327
2	Formas de realização do ativo.....	328
2.1	Escolha da forma de alienação.....	331
2.2	Efeitos da alienação dos ativos.....	333
3	Modalidades de realização do ativo.....	334
3.1	Modalidades alternativas.....	336
4	Pagamentos.....	338
4.1	Pagamentos antecipados.....	338
4.2	Demais pagamentos.....	340
5	Encerramento da falência.....	342
6	Extinção das obrigações do falido.....	343
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	346